

Alves fazia aplicações milionárias

BRASÍLIA — Nem só dos prêmios de loterias vivia o deputado João Alves (PPR-BA). “O negócio dele são as grandes aplicações”, resume o deputado José Dirceu (PT-SP). As investigações da CPI do Orçamento identificaram ontem que Alves fazia aplicações milionárias, especialmente nos fundos de *commodities*. No dia 2 de fevereiro de 1992, o deputado investiu US\$ 3,968 milhões na agência da Caixa Econômica Federal no Congresso, o que lhe rendeu US\$ 100 mil em apenas dois dias.

O que mais impressionou os titulares da Subcomissão de Bancos que examinam os extratos de Alves foi a constatação de que ele lidava com quantias muito altas em dinheiro vivo, e não em cheques. Exatos 51 dias depois da aplicação em *commodities* — em 25 de março de 1992 — João Alves fez dois depósitos de Cr\$ 792 milhões cada um, em dinheiro, na mesma agência da CEF no Congresso.

“O que intriga é o tamanho da mala que Alves deve ter usado para carregar o volume de cédulas de cruzeiros em valor equivalente a US\$ 400 mil”, comentava ontem o deputado Fernando Freire (PPR-RN). Somando os dois depósitos e considerando que a cédula de maior valor em circulação na época era a de Cr\$ 50.000, o deputado teve que transportar até o Congresso 31.680 notas.

Quando estourou o escândalo do orçamento, Alves tinha depositados o equivalente a US\$ 3 milhões no Banco Cidade e outro milhão de dólar em uma de suas contas na CEF, quantias que manteve intocáveis, segundo apurou a CPI. Ontem, a Subcomissão de Bancos começou a analisar os extratos do parlamentar no Banco Holandês e descobriu que Alves chegou a movimentar US\$ 17 milhões em um só dia. Dirceu calcula que o esquema do orçamento permitiu que Alves botasse as mãos em cerca de US\$ 40 milhões.

No exame dos cheques emitidos pelo deputado nos últimos cinco anos, a CPI encontrou diversos deles destinados a Antônio Carlos Osório, hoje advogado de Alves.

☐ A Caixa Econômica Federal deve instalar um sistema de segurança nos pagamentos de prêmios lotéricos para evitar lavagem de dinheiro. Um ofício com esta recomendação foi enviado ontem à CEF pelo presidente da Comissão de Loterias, deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). “Tem que haver um mecanismo de controle para que não se trate com normalidade o fato de um único cidadão receber 24 mil premiações”, justifica Miro numa referência à sorte do deputado João Alves (PPR-BA).